

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2023



[Handwritten signature]
16/12/23

CONTEÚDO

I - ÓRGÃOS SOCIAIS

II – RELATÓRIO DA DIREÇÃO

III– DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



I - ÓRGÃOS SOCIAIS



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Câmara Municipal de Lisboa – representada por António do Pranto Nogueira Leite
Presidente

Fundação AIP – representada por Idalino André Rodrigues Nascimento Magrinho
Vice-Presidente

Lisboa Feiras Congressos e Eventos - representada por João Lourenço Vieira
Secretário da Mesa

DIREÇÃO

Fundação AIP – representada por Jorge Rocha Matos
Presidente

Câmara Municipal de Lisboa – representada por Nuno Miguel Pereira da Cruz
Vice-Presidente

Fundação AIP - representada por Carlos José Duarte Oliveira
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Lisboa - representada por Mariana Valério Guerreiro Freire de Andrade
Vogal

Lisboa Feiras Congressos e Eventos – representada por Manuel Duarte Oliveira
Vogal

CONSELHO FISCAL

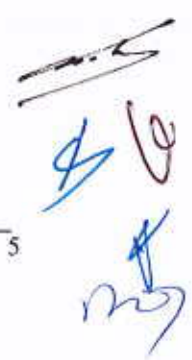
Rita Neves Soares Cruz
Presidente

João Francisco Viana do Sacramento Monteiro
Vice-Presidente

BDO Associados, SROC – representada por Ana Gabriela Barata de Almeida
Vogal ROC Efetivo

Liliana Carvalho Lourenço
Vogal ROC Suplente

II – RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a blue signature, a red signature, and a blue signature with a red cross-like mark.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Origem e finalidade da APJ – Processo Evolutivo

Na decorrência do Acordo de Parceria estabelecido entre a Associação Industrial Portuguesa e a CML - Câmara Municipal de Lisboa, a APJ - Associação Parque Junqueira foi constituída a 27 de Fevereiro de 1998, por escritura pública, e teve como objeto inicial "(...) a definição de linhas estratégicas de organização, utilização e de gestão dos espaços ou instalações que, constituindo o seu património, tenham sido previamente definidas como estando inseridas em áreas que, pela sua localização geográfica ou pelo tipo de utilização ou atividade, fossem classificados como prioritárias para contribuir de forma ativa para a dinamização e incremento da competitividade e da produtividade empresarial da cidade de Lisboa, nomeadamente no que se refere à atividade turística".

A 14 de Fevereiro de 2001, também por escritura pública, a APJ procedeu à alteração dos seus estatutos, destacando-se, entre outros, a inclusão no seu objeto "(...) da realização de atividades de desenvolvimento imobiliário e de exploração turística, tendo em vista contribuir para o incremento da produtividade e competitividade empresarial da cidade de Lisboa".

Resultante ainda da estratégia interna adotada e ajustada em 2013 pelos Associados, Fundação AIP e Câmara Municipal de Lisboa, a APJ, adquiriu um número reduzido de unidades de participação (323.522, correspondentes a 16,18% do fundo associativo) da então AIP – Feiras, Congressos e Eventos, Associação Empresarial, atualmente com a designação de LISBOA Feiras Congressos e Eventos – FCE / Associação Empresarial, proprietária da infraestrutura Centro de Exposições e Congressos de Lisboa, localizado no Parque das Nações, conhecido com a denominação de FIL – Feira Internacional de Lisboa.

A Lisboa Feiras Congressos e Eventos-FCE/ Associação Empresarial, adquiriu também um número reduzido de unidades de participação (788.275, representativos de 6,5% do fundo associativo) da APJ – Associação Parque Junqueira, localizada na Junqueira, proprietária do Centro de Congressos de Lisboa, sediado na Junqueira.

Em suma, a APJ foi constituída pela CML e pela AIP com vista ao desenvolvimento e implementação do Projeto Parque Junqueira, isto é, ao relançamento da Junqueira como uma zona privilegiada dentro da cidade de Lisboa, assim como o Centro de Exposições e Congressos do Parque das Nações que conjuntamente com o espaço "Praça Sony" garantem a disponibilização de infraestruturas que podem assegurar a procura nacional e internacional de espaços para a realização de eventos de pequena, média e grande dimensão que contribuem de forma crescente para o desenvolvimento económico da cidade de Lisboa e da sua estrutura empresarial.

A atividade principal da APJ é o desenvolvimento imobiliário e exploração turística. Detém a propriedade do terreno e edifício do Centro de Congressos de Lisboa (CCL), na Junqueira, e também da designada Praça Sony, junto às atuais instalações da FIL. A exploração do CCL encontra-se cedida à Lisboa-FCE, com exceção do parque de estacionamento subterrâneo (com acesso pela Rua da Junqueira), que se encontra arrendado a uma entidade não pertencente ao Grupo Fundação AIP.

A APJ - ASSOCIAÇÃO PARQUE JUNQUEIRA, tem por objeto a realização de atividades de desenvolvimento imobiliário e de exploração turística, tendo em vista contribuir para o incremento da produtividade e competitividade empresarial da cidade de Lisboa e de Portugal, no quadro da estratégia definida pelos seus associados FUNDAÇÃO AIP, LISBOA FEIRAS CONGRESSOS E EVENTOS - FCE/AE e CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.

Os Fundos da Associação totalizam 12 130 000 unidades de participação de valor nominal de 4,98798 €, assim divididos:

ASSOCIADOS	%FUNDOS	NÚMERO DE UNIDADES
Fundação AIP	67,40%	8 175 795
CML	26,10%	3 165 930
Lisboa FCE	6,5%	788 275
TOTAL	100,0%	12 130 000

1.2. Património mobiliário e imobiliário da APJ e sua valorização

A APJ é proprietária, na presente data, dos seguintes imóveis:

(i) Praça Sony” - Lote de terreno para construção, sito no Parque das Nações, limitado pela Av. da Boa Esperança, Av. do Atlântico e Rua do Bojador lote 2.20.02 em Lisboa, descritos na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 4669 e inscrito na Matriz Urbana da freguesia de Santa Maria dos Olivais sob o artigo n.º 223.

Sobre a Praça Sony existe um contrato de cedência de espaço com a Associada Lisboa Feiras Congressos e Eventos-FCE/AE.

(ii) Centro de Congressos de Lisboa - correspondeu inicialmente ao Lote 00/22 e ao Lote 00/25, tendo sido unificados no Lote 2002/041. Nestes lotes existiam, respetivamente, dois edifícios de três pisos e uma área prevista para estacionamento (designada de Praça dos Congressos). Os edifícios existentes e objeto de remodelação e ampliação, acrescido da zona de estacionamento,

deram origem ao Centro de Congressos de Lisboa com alvará de utilização n.º 240/UT/2012, emitido pela CML a 6 de julho de 2012, em propriedade total com andares e divisões suscetíveis de utilização, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 1177 e inscrito na Matriz Urbana da freguesia de Alcântara sob o artigo n.º 2060;

Sobre o CCL existe um contrato de exploração de estabelecimento comercial com a Associada Lisboa Feiras Congressos e Eventos-FCE/AE.

Contabilisticamente a valorização do património da APJ, à data de 31 de dezembro de 2023, é de 90.449.985 euros.

A APJ detém uma participação social na Lisboa FCE representativa de 16,18% do seu fundo associativo, mensurada ao custo de aquisição de 9.483.306 euros.

Os Fundos da Lisboa FCE totalizam 2 000 000 unidades de participação de valor nominal de 5 €, assim divididos:

ASSOCIADOS	%FUNDOS	NÚMERO DE UNIDADES
Fundação AIP	83,82%	1 676 478
APJ	16,18%	323 522
TOTAL	100%	2 000 000

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2023 foram realizadas várias atividades de elevada relevância sendo de assinalar:

1. Desenvolvimento do projeto para construção da interface entre o Pavilhão Keil do Amaral (CCL) e a nova Praça dos Congressos, entretanto apresentado para avaliação urbanística à CML.
2. Desenvolvimento de vários cenários sobre a Ampliação do Centro de Exposições e Congressos de Lisboa, no Parque das Nações, mais concretamente um Pré-projecto de desenvolvimento transitório da praça Sony indo ao encontro das necessidades da

realização quer do WEBSUMMIT, quer de outros grandes eventos internacionais, em Lisboa.

3. Foi concretizado a 1 de setembro de 2023 o pagamento, pela CML, do valor referente à indemnização do lote 24 da Junqueira (perda de edificabilidade já prevista no Plano de Pormenor do Centro de Congressos de Lisboa) para permitir a criação de uma zona verde, no espaço adjacente.
4. Os investimentos relacionados com o Projeto de remate da fachada poente do CCL (Pavilhão Keil do Amaral, também conhecido por Pavilhão do Rio) e Remate da praça dos congressos à fachada do CCL realizados em 2023, totalizaram 89 mil euros. Foram substituídos equipamentos de climatização, investimento que ascendeu a cerca de 34 mil euros. Foi também efetuado o Estudo de avaliação do estado de conservação do betão e armaduras do Pavilhão do Rio, investimento na ordem dos 18 mil euros. Neste período foi também alienada a única viatura que era propriedade da APJ.
5. Foi contratualizada a instalação de painéis fotovoltaicos de última geração, no CCL, enquadrados numa "comunidade de energia maximizada", devendo a mesma estar concluída, para entrada em produção, no primeiro quadrimestre de 2024. Posteriormente proceder-se-á à certificação Energética e Ambiental do Equipamento, de modo a dar origem na cidade de Lisboa, ao 1º Centro de Congressos totalmente verde.

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 17 de março de 2022 foram eleitos e tomaram posse os Órgãos Sociais da Associação para o triénio 2022-2024, ficando em falta por parte da Associada Lisboa FCE, a designação de um vogal, entretanto designado (a 28 de abril de 2022).

Encontra-se em falta a designação do representante da CML na Comissão de Fixação de Vencimentos.



4. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

As rendas obtidas pelo contrato de cessão de exploração do Centro de Congressos de Lisboa, faturadas à entidade que detém a concessão – a Lisboa FCE, a cedência do espaço “Praça Sony” e os rendimentos associados ao arrendamento do parque de estacionamento, totalizam os rendimentos da APJ.

No plano económico, o ano de 2023 decorreu de forma positiva.

Os Rendimentos situaram-se em 2.484 milhares de euros e os Gastos (antes de impostos sobre o rendimento) ascenderam a cerca de 2.295 milhares de euros.

Em 2023 verificou-se um ligeiro decréscimo dos Gastos em relação ao orçamento, justificado, essencialmente, pela não contratação de fornecimentos e serviços externos.

Na estrutura dos gastos (antes de impostos sobre o rendimento), as amortizações têm um peso de 45,73% e os juros e gastos similares, decorrentes do financiamento bancário de longo prazo (que se destinou, como é conhecido, à modernização e ampliação profunda das instalações do CCL ocorridas em 2003) um peso de 39,43%.

De salientar que os juros e gastos similares ascenderam a 905 mil euros em 2023, sensivelmente o dobro do registado no período homólogo de 2022 (436 mil euros), em resultado da subida das taxas de juro (mais concretamente do indexante, a Euribor a 1 mês). Foi este aumento que esteve na origem da acentuada redução do resultado antes de impostos e do resultado líquido de 2022 para 2023.

O Resultado Líquido de 2023 fixou-se assim em 121 636 euros, que compara com 359.355 euros apurados em 2022.

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS

Un: euros

	2022	2023		
		ORÇAMENTO	REAL	DESVIO
RENDIMENTOS	2 306 757	2 472 438	2 483 705	11 267
GASTOS	-1 821 502	-2 326 209	-2 295 433	30 776
IMPOSTOS S/ RENDIMENTO	-125 900	-38 736	-66 635	27 899
RESULTADO LÍQUIDO	359 355	107 492	121 636	14 146

Apresenta-se de seguida alguns indicadores relacionados com a estrutura financeira, liquidez e rentabilidade da APJ no último quadriénio:

milhares de €			
RÁCIOS	2021	2022	2023
ESTRUTURA FINANCEIRA/ENDIVIDAMENTO			
Autonomia Financeira (Fundos Patrimoniais/Ativo)	75%	76%	76%
Solvabilidade (Fundos Patrimoniais/Passivo)	300%	321%	354%
Endividamento (Passivo/Ativo)	25%	24%	22%
RENDIBILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA			
Rendibilidade do ativo (Resultado Líquido do Período/Ativo)	-0,6%	0,4%	0,12%
Rendibilidade das vendas e serviços prestados (Resultado Líquido do Período/Vendas e Serviços Prestados)	-56%	16%	5%
VAB - Valor Acrescentado Bruto (Vendas e serviços Prestados + Subsídios à Exploração) - (CMVMC + FSE)	764	2.005	2.185
EBITDA (Resultado antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)	746	1.967	2.143
Margem EBITDA (EBITDA/Vendas e Serviços Prestados)	78%	88%	89%
EBIT (Resultado Operacional antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	(212)	921	1.093
Margem EBIT (EBIT/Vendas e Serviços Prestados)	-22%	41%	46%
Investimento	49	145	141

Em 31 de dezembro de 2023, e também à data do presente relatório, a APJ não apresenta dívidas à segurança social nem à autoridade tributária.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

O desenvolvimento das atividades do Centro de Congressos de Lisboa surge, cada vez mais, determinado pela sua capacidade de projeção internacional e pela correlativa sincronia com a cidade de Lisboa e com os seus principais agentes institucionais e empresariais, com particular ênfase para a Câmara Municipal de Lisboa, à semelhança do que acontece com os centros de congressos europeus de referência.

Este eixo de maior afirmação do Centro de Congressos de Lisboa interseta-se com a necessidade de reforçar a capacidade de realização de congressos na zona ocidental da cidade, (Junqueira/Belém). Complementarmente aumentar-se-á esta atividade, com eventos de maior dimensão, sobretudo do Centro de Congressos e Exposições de Lisboa sito na zona oriental da cidade (Parque das Nações).

Em termos estratégicos foi entendido:

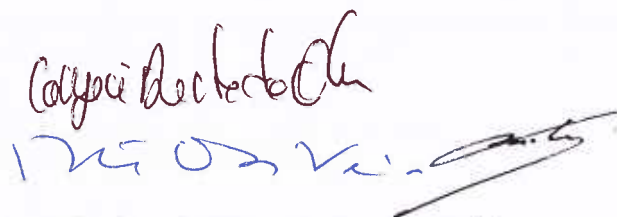
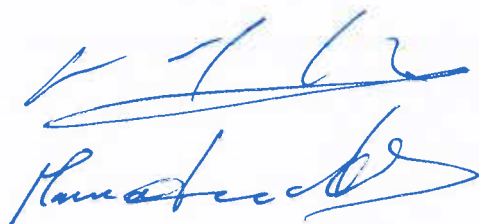
- a) Efetuar importantes investimentos na adaptação e modernização do Edifício CCL, por forma a responder da melhor forma às necessidades e expectativas dos clientes, tornando as áreas disponíveis mais funcionais, mais polivalentes e mais atrativas;
- b) Estudar as várias hipóteses de aprofundamento do nosso relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa, com vista a permitir um esforço conjunto de dinamização do turismo de negócios na cidade de Lisboa e da modernização e reforço da competitividade das empresas portuguesas (e das sedeadas na área metropolitana de Lisboa, em particular), nomeadamente através da dinamização da atividade relacionada com congressos, feiras temáticas e eventos similares. De igual modo, tentar aproveitar sinergias decorrentes da localização privilegiada das nossas instalações, junto ao rio, no âmbito do programa para a revitalização e reordenamento turístico da Junqueira e do programa de melhoramento da zona ribeirinha da faixa Cais do Sodré / Belém e Santa Apolónia /Parque das Nações.

Os investimentos urgentes, imprescindíveis e inadiáveis a realizar em 2024 e anos seguintes deverão ser concretizados recorrendo, para o efeito, sempre que possível, a apoios externos disponibilizados por linhas específicas de apoio e/ou a receitas extraordinárias, resultantes de acordos específicos a estabelecer no quadro dos Associados.

É imprescindível a apresentação e aprovação de candidaturas a fundos comunitários para financiar os investimentos em grandes obras de reparação, melhoramento e adaptação do Edifício CCL, ou outros com ligação direta ou indireta à APJ com uma percentagem significativa de apoios a fundo perdido, face ao investimento a efetuar. Esta percentagem poderá, eventualmente, ser superior, se conseguirmos enquadrar estas obras no âmbito de projetos estruturantes, com o apoio do Turismo de Portugal, da Câmara Municipal de Lisboa ou de outra entidade pública.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

A Direção



III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASSOCIAÇÃO PARQUE JUNQUEIRA

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

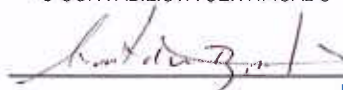
	Notas	31-dez-23	31-dez-22
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	4	90 449 985	88 682 810
Ativos intangíveis	5	17 703	0
Investimentos financeiros	6	9 483 306	9 483 306
Ativos por impostos diferidos	7	0	173 846
Total do ativo não corrente		99 950 994	98 339 962
<i>Ativo corrente</i>			
Créditos a receber	8	449 674	366 285
Estado e outros entes públicos	9	280	450
Outros ativos correntes	10	109 607	144 178
Caixa e depósitos bancários	11	599 290	145 048
Total do ativo corrente		1 158 851	655 961
Total do Ativo		101 109 845	98 995 923
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos	12	60 504 185	60 504 185
Outros instrumentos dos fundos	13	3 054 226	3 054 226
Resultados transitados	14	-6 973 926	-8 005 060
Excedentes de revalorização	15	20 281 818	17 635 213
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrim.	16	1 859 685	1 906 177
Resultado líquido do período		121 636	359 355
Total dos fundos patrimoniais		78 847 624	75 454 096
PASSIVO			
<i>Passivo não corrente</i>			
Financiamentos obtidos	17	16 156 834	17 081 180
Passivos por impostos diferidos	7	2 663 398	2 777 559
Outras dívidas a pagar	18	481 988	494 347
Diferimentos	19	761 931	1 041 269
Total do passivo não corrente		20 064 151	21 394 355
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	20	107 316	223 694
Associadas e outras partes relacionadas	21	528 726	528 726
Estado e outros entes públicos	9	113 540	94 188
Financiamentos obtidos	17	924 345	740 040
Diferimentos	19	284 339	284 339
Outros passivos correntes	18	239 804	276 485
Total do passivo corrente		2 198 070	2 147 472
Total do passivo		22 262 221	23 541 827
Total do Passivo e dos Fundos Patrimoniais		101 109 845	98 995 923

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO





Demonstração dos Resultados Individuais

Período findo em 31 de Dezembro 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31-dez-23	31-dez-22
Vendas e serviços prestados	22	2 396 673	2 225 460
Fornecimentos e serviços externos	23	-211 837	-220 622
Gastos com o pessoal	24	-127 378	-117 180
Outros rendimentos	25	87 031	81 297
Outros gastos	26	-1 432	-2 384
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 143 057	1 966 570
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1 049 695	-1 045 158
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 093 362	921 412
Juros e gastos similares suportados	28	-905 091	-436 158
Resultado antes de impostos		188 271	485 254
Imposto sobre o rendimento do período	29	-66 635	-125 900
Resultado líquido do período		121 636	359 355

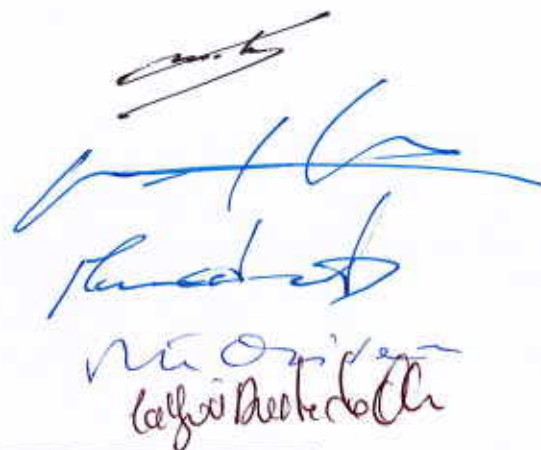
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais

Período findo em 31 de Dezembro 2023

(Valores expressos em euros)

	31-dez-23	31-dez-22
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	2 220 419	2 058 105
Pagamentos a fornecedores	-125 827	-63 084
Pagamentos ao pessoal	-127 096	-115 167
Caixa gerada pelas operações	1 967 497	1 879 854
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-33 520	-1 578
Outros recebimentos/pagamentos	-356 507	-391 972
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	1 577 471	1 486 304
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-155 590	-86 445
	-155 590	-86 445
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	675 299	0
	675 299	0
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	519 709	-86 445
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-740 040	-821 849
Juros e gastos similares	-902 898	-444 064
	-1 642 938	-1 265 913
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-1 642 938	-1 265 913
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	454 241	133 946
Caixa e seus equivalentes no início do período	145 048	11 103
Caixa e seus equivalentes no fim do período	599 290	145 048

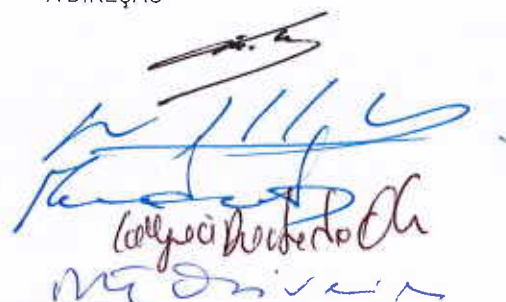
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



ASSOCIAÇÃO PARQUE JUNQUEIRA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
<i>Posição no Início do Período de 2023</i>	1	60 504 185	3 054 226	-8 005 060	17 635 213	1 906 177	359 355	75 454 096
Alterações no período								
Aplicação resultado		0	0	359 355		0	-359 355	0
Excedente de revalorização		0		850 354	2 532 444	0	0	3 382 798
Ajustamentos por impostos diferidos		0	0	-178 575	114 160	12 359	0	-52 056
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0	0	0		-58 851	0	-58 851
	2	0	0	1 031 134	2 646 605	-46 492	-359 355	3 271 892
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3						121 636	121 636
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3						-237 718	3 393 528
Operações com instituidores no período								
	5	0	0	0	0	0	0	0
<i>Posição no Fim do Período de 2023</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	60 504 185	3 054 226	-6 973 926	20 281 818	1 859 685	121 636	78 847 624

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

[Handwritten signatures and initials]

ASSOCIAÇÃO PARQUE JUNQUEIRA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2022

(Valores expressos em euros)

	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do Período 2022	60 504 185	3 054 226	-7 439 925	13 814 168	1 952 670	-535 881	71 349 443
Alterações no período							
Aplicação resultado	0	0	-535 881		0	535 881	0
Excedente de revalorização	0	0	444 146	4 647 146	0	0	5 091 292
Ajustamentos por impostos diferidos	0	0	-473 401	-826 101	0	0	-1 299 502
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0	0	0		-46 492	0	-46 492
Resultado Líquido do Período	0	0	-565 136	3 821 046	-46 492	535 881	3 745 298
Resultado Integral						359 355	359 355
Operações com Instituidores no período						895 235	4 104 653
Posição no fim do Período de 2022	60 504 185	3 054 226	-8 005 060	17 635 213	1 906 177	359 355	75 454 096

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

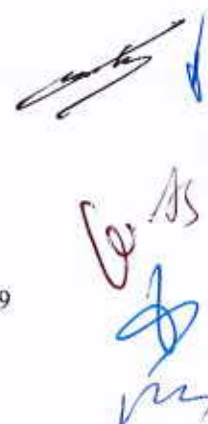
[Assinatura]

A DIREÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a blue signature at the top, a red signature in the middle, and a blue signature at the bottom.

1. Nota Introdutória

A APJ - Associação Parque Junqueira, adiante designada por APJ ou Associação, foi constituída por escritura pública de 27 de fevereiro de 1998. É uma Associação de direito privado sem fins lucrativos.

A APJ, com o NIF 504 106 171, tem a sua sede na Praça das Indústrias, em Lisboa.

A APJ tem por objeto a realização de atividades de desenvolvimento imobiliário e de exploração turística, tendo em vista contribuir para o incremento da produtividade e competitividade empresarial da cidade de Lisboa.

Foram Associados Fundadores a AIP-CCI - Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria e a CML - Câmara Municipal de Lisboa.

Em setembro de 2010, no âmbito da implementação do plano de reestruturação para o grupo AIP, a AIP-CCI transferiu a sua participação, a título oneroso, para a FUNDAÇÃO AIP.

Em 2013 a Lisboa Feiras Congressos e Eventos – FCE/Associação Empresarial, adquiriu 6,5% do Fundo Associativo da APJ.

Por despacho de 19 de março de 1999, o Primeiro-Ministro atribuiu o Estatuto de Utilidade Pública à APJ, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de novembro.

2. Referencial contabilístico da preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho), em particular com os modelos de Demonstrações Financeiras e código de contas aplicáveis a Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Para as ESNL, o Sistema de Normalização Contabilística é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis compreendem, fundamentalmente, os imóveis e respetivos terrenos detidos, com o objetivo de obtenção de rendimento e não para utilização no decurso da atividade corrente dos negócios.

Encontram-se classificados com esta natureza o imóvel afeto à atividade dos congressos, designado por CCL, e o Parque de Estacionamento da Junqueira.

Os terrenos e edifícios da APJ são mensurados de acordo com o modelo de revalorização.

Os restantes ativos estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil dos bens:

Edifícios e outras construções	62 anos
--------------------------------	---------

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como gastos do exercício em que são incorridos.

Imparidade dos ativos não correntes

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciables. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Instrumentos financeiros

Cientes, contas a receber, fornecedores, contas a pagar e empréstimos: as dívidas são registadas pelo custo deduzidas das perdas por imparidade.

Imparidade de ativos correntes

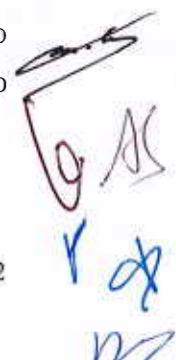
Com base na análise específica dos saldos que evidenciam maiores dificuldades de cobrança é efetuada uma avaliação de imparidade à data de balanço.

Para os restantes ativos correntes é também efetuada uma avaliação de imparidade, sempre que seja identificada uma alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado.

Projetos com financiamento comunitário

Parte dos ativos fixos tangíveis foram considerados como investimento elegível no âmbito do Programa Operacional de Economia (Sivetur).

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são apresentados no balanço, como componente do património líquido e imputados como rendimentos do exercício, numa base sistemática e racional, durante a vida útil do ativo.



Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Regime do acréscimo

A APJ apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com as bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF), utilizando o regime contabilístico de

acréscimo (periodização económica), segundo o qual todos os rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no exercício em que foram obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos, tendo a APJ adotado o modelo de revalorização na mensuração dos seus imóveis e adota também integralmente a NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento tal como previsto no parágrafo 7.10 da NCRF – ESNL. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Associação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Investimentos financeiros

A participação detida pela APJ está contabilizada ao custo de aquisição pelo facto de ser uma participação minoritária, não exercendo a Associação influência significativa na sua gestão.

Julgamentos e estimativas

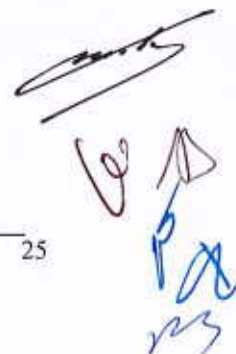
Na preparação das demonstrações financeiras, a APJ adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.



4. Ativos fixos tangíveis

Em 2023 e 2022, os ativos fixos tangíveis tiveram a seguinte evolução:

2023				
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições / Alineações	Revalorizações	Saldo em 31-dez-23
Custo				
Terrenos e recursos naturais	44 924 162	-671 220	-2 645 582	41 607 360
Edifícios e outras construções	52 177 692	0	6 028 380	58 206 072
Equipamento básico	5 448 384	20 590	0	5 468 974
Equipamento de transporte	9 166	-9 166	0	0
Equipamento administrativo	11 302	0	0	11 302
Investimentos em curso	145 215	82 735	0	227 950
	<u>102 715 921</u>	<u>-577 061</u>	<u>3 382 798</u>	<u>105 521 659</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	8 574 860	1 042 125	0	9 616 985
Equipamento básico	5 438 283	5 103	0	5 443 386
Equipamento de transporte	9 166	-9 166	0	0
Equipamento administrativo	10 802	500	0	11 302
	<u>14 033 111</u>	<u>1 038 562</u>	<u>0</u>	<u>15 071 673</u>
Valor total líquido	<u>88 682 810</u>	<u>-1 615 623</u>	<u>3 382 798</u>	<u>90 449 985</u>
2022				
	Saldo em 01-jan-22	Aquisições / Alineações	Revalorizações	Saldo em 31-dez-22
Custo				
Terrenos e recursos naturais	44 213 050	0	711 112	44 924 162
Edifícios e outras construções	48 233 295	0	3 944 397	52 177 692
Equipamento básico	5 447 109	1 275	0	5 448 384
Equipamento de transporte	9 166	0	0	9 166
Equipamento administrativo	11 302	0	0	11 302
Investimentos em curso	0	145 215	0	145 215
	<u>97 913 922</u>	<u>146 491</u>	<u>4 655 509</u>	<u>102 715 921</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	7 532 734	1 042 126	0	8 574 860
Equipamento básico	5 435 750	2 533	0	5 438 283
Equipamento de transporte	9 166	0	0	9 166
Equipamento administrativo	10 303	499	0	10 802
	<u>12 987 953</u>	<u>1 045 158</u>	<u>0</u>	<u>14 033 111</u>
Valor total líquido	<u>84 925 969</u>	<u>-898 668</u>	<u>4 655 509</u>	<u>88 682 810</u>

A APJ, por indicação da AIP-CCI, e com a concordância da APA – Associação Parque Atlântico, atualmente designada por Lisboa-FCE, deteve, desde 2004, o direito de opção de compra do designado “lote de expansão” (Praça Sony), constituído por uma parcela de terreno referenciada por “2.20”, localizada no Parque das Nações, dado que a APJ se encontra vocacionada, para o desenvolvimento de projetos da natureza daqueles que se encontram autorizados, para aquela parcela de terreno.

A parcela "2.20", foi objeto de um Projeto de Reparcelamento, promovido pela Parque Expo e com a concordância da AIP que, após aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa, deu origem à criação de dois lotes, o lote "2.20.01" e o lote "2.20.02".

Em agosto de 2007 procedeu-se à assinatura do contrato de promessa de compra e venda do lote "2.20.02" da Praça Sony que envolveu a AIP/APJ, a Parque Expo, e a entidade compradora a Sociedade Hoteleira SEOANE, S.A., pelo valor de 16.800.000 euros.

Em setembro de 2009, a APJ e a Parque Expo assinaram a escritura notarial de compropriedade do lote "2.20.02", seguida da venda à Sociedade Hoteleira SEOANE, S.A., para edificação de uma unidade hoteleira. De acordo com a referida compropriedade coube à APJ o montante de 8.022.000 euros. Nesta mesma data foi realizada a escritura de aquisição do lote "2.20.01" entre a APJ e a Parque Expo, passando o mesmo a ser propriedade da APJ.

Deste modo, a rubrica Terrenos e Recursos Naturais, inclui o terreno do lote "2.20.01", parcela designada por "Lote de Expansão" (15.023.160 euros) e também os terrenos de que a APJ é proprietária plena e onde se encontram edificadas as infraestruturas do Centro de Congressos de Lisboa (26.584.200 euros).

A rubrica Edifícios e Outras Construções inclui o edifício do Centro de Congressos de Lisboa (45.457.194 euros), o Parque de Estacionamento da Rua da Junqueira – parque de estacionamento do CCL (12.745.810 euros) e outros (3.068 euros).

Dadas as condições de elevada qualidade da sua construção, atendendo aos seus fins, e a manutenção exigente e permanente de que tem sido objeto, concluiu-se, com base em avaliação de peritos externos que o património imobiliário afeto à realização dos congressos e eventos, em Lisboa, evidencia uma capacidade de vida útil muito superior à inicialmente prevista. Nesse sentido procedeu-se, a partir de 2014 e de acordo com os elementos facultados pelos referidos peritos externos, à extensão da vida útil daqueles edifícios por mais 12 anos.

Em 2016, a APJ acomodou os gastos com uma viatura, objeto de transferência da Lisboa-FCE, primeiro em regime de aluguer operacional, e depois adquirida à Leaseplan e por isso passando a constar nos ativos fixos da APJ. Esta viatura foi, entretanto, alienada, por 4.079 euros, em março de 2023.

A avaliação dos imóveis realizada em junho de 2018, traduziu-se num aumento de 18.456.639 euros no valor dos terrenos e edifícios. A referida avaliação foi realizada por Maria dos Anjos Ferreira Martins Ramos, perito avaliador registado na CMVM.

Decorrente da obrigação constante do 3º aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito com a Hipoteca (cláusula 4ª) celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos, Caixa BI e APJ, em dezembro de 2019, procedeu-se a nova avaliação do Imóvel CCL – Centro Congressos de Lisboa, que se traduziu num aumento de 474.518 euros. Para este aumento contribuiu uma valorização do valor dos edifícios em 1.918.018 euros e uma desvalorização no valor do terreno de 1.443.500 euros. Esta avaliação foi realizada pelo perito avaliador independente, MRamos – Engenheiros e Consultores Associados, Lda.

Em 2020, foi realizada nova avaliação do CCL, pelo perito avaliador independente NCG – Consultoria e Gestão, Lda. Esta avaliação traduziu-se num decréscimo do valor do património no montante de 2.453.470 euros. Para este decréscimo contribuiu uma valorização do valor dos terrenos em 1.608.050 euros e uma desvalorização no valor dos edifícios de 4.061.520 euros.

Em 2021, na rubrica Edifícios e outras construções registou-se o montante de 43.200 euros, correspondente à realização de obras urgentes e inadiáveis, em parte da cobertura do Edifício CCL.

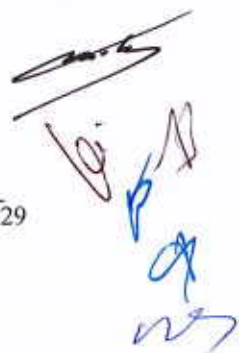
Em 2022, foi realizada nova avaliação do património, pelo perito avaliador independente Luso-Roux Avaliações, Lda. Esta avaliação traduziu-se num aumento do valor do património no montante de 5.060.689 euros. Para este aumento contribuiu uma valorização do valor dos terrenos em 1.116.292 euros e uma valorização no valor dos edifícios de 3.944.397 euros.

Na sequência da reunião de 19/01/2023 realizada com a Câmara Municipal de Lisboa, sobre o Plano de execução e financiamento do Projeto Urbano do CCL, chegou-se à conclusão de que o terreno relativo ao Lote 24 havia sido valorizado em 2018 com base em pressupostos incorretos, o que conduziu: (i) à correção do valor contabilístico desse terreno à data de 1 de janeiro de 2022 para um valor de 665.280€, reduzindo o ativo fixo tangível e os excedentes de revalorização em 334.720 euros (ii) à atualização do valor em 5.940 euros com base nos coeficientes de desvalorização da moeda de 2022; e (iii) aos respetivos ajustamentos nos impostos diferidos.

A 23 de Agosto de 2023 foi enviada à CML uma declaração irrevogável em que a APJ declarou o seu consentimento expresso, inequívoco e irrevogável, à alteração, por iniciativa da respetiva

Câmara Municipal, à operação de loteamento, confirmando também a aceitação do valor da contrapartida, o valor indemnizatório de 671.220 euros. Esta contrapartida foi, entretanto, recebida, no dia 1 de setembro, ficando assim concluindo este processo, pelo que este ativo foi desreconhecido nas contas de setembro 2023, não originando qualquer mais ou menos-valia contabilística em 2023, mas sim uma mais-valia fiscal de 671.220 euros, uma vez que o custo de aquisição deste lote, pelo qual estava registado antes da primeira revalorização, era de zero euros.

Em 2023, foi realizada nova avaliação dos terrenos e edifícios do Centro de Congressos de Lisboa (CCL) e respetivo parque de estacionamento subterrâneo, pelo avaliador independente Prime Yield – Consultoria e Avaliação Imobiliária, Lda.. Esta avaliação traduziu-se num aumento da quantia escriturada destes ativos em 3 382.798 euros. Para este aumento contribuiu uma valorização nos edifícios do CCL de 7.603.428 euros, uma desvalorização do terreno de 2.645.582 euros e uma desvalorização do parque de estacionamento em 1.575.048 euros.



5. Ativos intangíveis

A evolução dos ativos intangíveis em 2023 e 2022 foi a seguinte:

2023				
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições	Abates	Saldo em 31-dez-23
Custo				
Outros ativos intangíveis	53 910	19 670	0	73 580
	53 910	19 670	0	73 580
Amortizações acumuladas				
Outros ativos intangíveis	53 910	1 967	0	55 877
	53 910	1 967	0	55 877
Valor total líquido	0	17 703	0	17 703
2022				
	Saldo em 01-jan-22	Aquisições	Abates	Saldo em 31-dez-22
Custo				
Outros ativos intangíveis	53 910	0	0	53 910
	53 910	0	0	53 910
Amortizações acumuladas				
Outros ativos intangíveis	53 910	0	0	53 910
	53 910	0	0	53 910
Valor total líquido	0	0	0	0

6. Investimentos financeiros

A participação financeira, detida pela APJ, integrada nesta rubrica, encontra-se valorizada ao custo de aquisição, e refere-se a 323.522 unidades de participação na Lisboa Feiras Congressos e Eventos – FCE/Associação Empresarial (9.483.306 euros), representativas de 16,18% do seu fundo associativo, alienadas pela Fundação AIP, para regularização dos créditos que a APJ detinha, relativos às dívidas das rendas do contrato de cessão de exploração do CCL e do montante em dívida do mútuo, oportunamente transferido para a Fundação.

	31-dez-23	31-dez-22
Lisboa - Feiras Congressos e Eventos	9 483 306	9 483 306
	9 483 306	9 483 306
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
	9 483 306	9 483 306

7. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios em 2023 e 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	173 846	2 777 559	303 844	1 951 458
Movimentos no período com efeito na Demonstração de Resultados:				
Prejuízos fiscais	-173 846	0	-129 998	0
Excedentes de revalorização	0	-178 574	0	37 618
Total dos efeitos na Demonstração de Resultados	-173 846	-178 574	-129 998	37 618
Movimentos no período com efeitos no fundo associativo:				
Excedentes de revalorização	0	64 414	0	788 483
Total dos efeitos no fundo associativo	0	64 414	0	788 483
Saldo Final	0	2 663 398	173 846	2 777 559

A criação de passivos por impostos diferidos em 2018, decorre da revalorização dos terrenos e dos edifícios do Centro de Congressos de Lisboa, do Lote 24 e da Praça Sony.

Em 2023 e 2022, as variações dos passivos por impostos diferidos com efeito na Demonstração dos Resultados devem-se às imputações das amortizações das revalorizações e, em 2023, à regularização dos passivos por impostos diferidos, de 140.956 euros, decorrentes do desconhecimento do Lote 24 (ver Nota 4). Por seu turno, as variações dos passivos por impostos diferidos com efeitos no fundo associativo resultam essencialmente das revalorizações, efetuadas em 2022 e 2023, dos terrenos e edifícios do Centro de Congressos de Lisboa e do respetivo parque de estacionamento subterrâneo (Nota 4).

A regularização integral dos ativos por impostos diferidos em 2023 resulta da utilização integral do valor remanescente de prejuízos fiscais reportados de 2020 e 2021 (800.134 euros), em grande parte associado ao lucro tributável gerado pela indemnização recebida pela perda dos direitos construtivos no Lote 24, que não originou qualquer mais ou menos-valia contabilística, mas sim uma mais-valia fiscal de 671.220 euros (ver Nota 4).

8. Créditos a receber

No final do período, os créditos sobre clientes apresentam a seguinte composição:

	31-dez-23	31-dez-22
Clientes gerais	347 793	330 109
AFER	347 793	328 909
Outros	0	1 200
Clientes outras partes relacionadas	101 881	36 175
Lisboa FCE	65 705	0
CML	36 175	36 175
	449 674	366 285

No quadro da relação contratual com a AFER (Grupo Fibeira), em 2019 foram faturados a energia elétrica e água do parque de estacionamento relativos ao período de 2003 a 2018, conforme estabelecido na cláusula 7ª, nº 1 do contrato de arrendamento - Estacionamento CCL - celebrado a 20 de setembro de 2002 com a Promoparques (atualmente: AFER). A partir dessa data o valor desses consumos tem sido faturado mensalmente.

Na regularização futura dos créditos sobre a AFER, haverá que ter em conta que estes ativos são compensados, na sua quase totalidade, por passivos correntes da APJ e por uma provisão reconhecida nas contas da Lisboa FCE (pois foi acordado que será esta entidade, enquanto principal beneficiária do parque de estacionamento, que suportará o custo de uma eventual incobrabilidade do saldo líquido a receber da AFER).

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	280	450
	<u>280</u>	<u>450</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	49 461	33 520
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	61 435	58 315
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1 096	806
Segurança Social	1 548	1 548
	<u>113 540</u>	<u>94 188</u>

Na rubrica do IVA reflete os valores de imposto a pagar referentes aos meses de novembro e dezembro de 2023, que foram liquidados em janeiro e fevereiro de 2024, respetivamente.

O valor de IRC reflete a estimativa de imposto a pagar referente ao ano de 2023 (71.363 euros), deduzida das retenções na fonte deste imposto efetuadas por terceiros, mais especificamente referentes à ocupação de espaço na Praça Sony (21.902 euros).

10. Outros ativos correntes

A rubrica de Outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Empreiteiros	88 018	88 018
Acréscimos de rendimentos	109 607	144 178
	<u>197 625</u>	<u>232 196</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-88 018	-88 018
	<u>109 607</u>	<u>144 178</u>

A rubrica de Acréscimos de rendimentos, em 31 de dezembro de 2023, inclui, essencialmente, o valor de 109.202 euros relativo à quota parte de despesas de funcionamento do Parque de Estacionamento CCL a debitar pela APJ à Lisboa FCE, uma vez que tem sido esta entidade a principal utilizadora desta infraestrutura.

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Caixa	1 000	1 000
Depósitos à ordem	598 290	144 048
	<u>599 290</u>	<u>145 048</u>

12. Fundos

A composição da rubrica designada por Fundos, em 31 dezembro de 2023 e de 31 dezembro de 2022, era a seguinte:

	% Fundo Próprio	Nº de Unidades de Participação
Associados		
Fundação AIP	67,40%	8 175 795
Câmara Municipal de Lisboa	26,10%	3 165 930
Lisboa FCE	6,50%	788 275
	<u>100,00%</u>	<u>12 130 000</u>

No âmbito do processo de reestruturação da AIP-CCI, as unidades de participação da APJ, então detidas pela AIP-CCI, correspondentes a 73,90%, foram transmitidas, a título oneroso, à Fundação AIP, conforme contrato celebrado entre a AIP-CCI e a Fundação AIP, em setembro de 2010.

Em 2013, a Fundação, como forma de regularização das dívidas à Lisboa-FCE, alienou, a esta entidade, 788.275 unidades de participação na APJ, representativas de 6,50% no fundo associativo.

Número de unidades de participação em que se dividem os Fundos da Associação e seu valor nominal:

Fundos	Número Unidades	Valor Nominal
Unidades de participação	12 130 000	4,98798

13. Outros instrumentos dos fundos

Em dezembro de 2017 existiam 5.950.000 euros de prestações suplementares, realizadas pela AIP-CCI, as quais foram oportunamente transferidas para a Fundação AIP, conforme descrito na nota anterior. Durante os exercícios de 2018 e 2019, a APJ restituiu parte destas prestações suplementares. A 31 de dezembro de 2023 o montante remanescente ascende a 3.054.226 euros.

14. Resultados transitados

O resultado positivo apurado no exercício de 2022, no montante de 359.354,50 euros (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), foi transferido para a conta de resultados transitados, conforme deliberação da Assembleia Geral da APJ, de 2 de março de 2023.

A restante variação nos Resultados Transitados deve-se à realização integral do excedente de revalorização do Lote 24 (ativo desreconhecido em 2023) e à realização do excedente de revalorização associado à depreciação dos ativos revalorizados, bem como à respetiva reversão dos passivos dos impostos diferidos, sendo observável na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

15. Excedentes de revalorização

Em 2018 procedeu-se a uma revalorização dos terrenos e dos edifícios do Centro de Congressos de Lisboa, do Lote 24 e da Praça Sony. Com base nesta avaliação efetuada pelo perito Avaliador, foram registados nesta rubrica os excedentes resultantes desta revalorização.

Em 2019 e 2020 procedeu-se a novas avaliações do terreno e dos edifícios do Centro de Congressos de Lisboa e do respetivo parque de estacionamento, por perito Avaliador Independente. (ver Nota 4). Em resultado destas novas avaliações, os excedentes de revalorizações foram ajustados.

Em 2022 procedeu-se a novas avaliações, por perito avaliador independente, dos terrenos e dos edifícios do Centro de Congressos de Lisboa (e respetivo Parque de Estacionamento) e dos terrenos do Lote 24 e da Praça Sony. Em resultado destas novas avaliações, os excedentes de revalorização foram acrescidos em 5.060.689 euros, sendo depois deduzidos nesta rubrica os correspondentes impostos diferidos no valor de 1.062.745 euros (ver Notas 4 e 7).

Em 2023, procedeu-se a novas avaliações, por perito avaliador independente, dos terrenos e dos edifícios do Centro de Congressos de Lisboa e respetivo parque de estacionamento. Em resultado desta nova avaliação, os excedentes de revalorização foram acrescidos em 3.382.798 euros, sendo depois deduzidos nesta rubrica os correspondentes impostos diferidos no valor de 1.265.960 euros (ver Notas 4 e 7).

Em 2022 e 2023 os excedentes de revalorização também foram ajustados em resultado da alteração da quantia escriturada do Lote 24 (em 2022) e do desreconhecimento desse mesmo ativo (em 2023), sendo também regularizados os excedentes que foram realizados por via da depreciação dos bens revalorizados.

16. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

De acordo com o normativo contabilístico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), os subsídios não reembolsáveis que estejam associados com ativos, são reconhecidos como componente do capital próprio.

Em conformidade com esta orientação, a APJ, regista na rubrica outras variações no património líquido as participações recebidas, associadas a ativos fixos tangíveis, com o apoio de fundos comunitários e nacionais, designadamente para remodelação e ampliação dos edifícios onde se encontra o Centro de Congressos de Lisboa, as quais são reconhecidas em rendimentos à medida que são contabilizadas as amortizações e as depreciações dos bens subsidiados.

O valor imputado a rendimentos em 2023 foi de 58.851 euros, sendo, em sentido contrário, deduzido nesta rubrica de "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais" o efeito dos respetivos impostos diferidos, transferidos para resultados transitados, no montante de 12.359 euros (ver notas 18 e 25).

17. Financiamentos obtidos

A rubrica de Financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23			31-dez-22		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
CGD	16 156 834	924 345	17 081 179	17 081 180	740 040	17 821 220
	16 156 834	924 345	17 081 179	17 081 180	740 040	17 821 220

Em março de 2002, para financiar as obras de modernização e ampliação do CCL, a APJ recorreu a um contrato de abertura de crédito, junto da CGD, no montante máximo de 20.949.512 euros, o qual foi modificado por um aditamento celebrado em abril de 2003, nos termos do qual o montante máximo de crédito foi reduzido para 18.087.344 euros e cuja primeira amortização ocorreu em abril de 2005.

Ainda em 2005, e tendo em consideração a perspetiva integrada do então Grupo AIP, ocorreu uma reestruturação do endividamento bancário.

Após esta renegociação, o novo contrato disponibilizava um montante máximo, até 30.000.000 euros, a serem utilizados pela APJ, por uma ou mais vezes, no prazo de dezoito meses a contar da data de celebração do contrato, tendo sido utilizado um montante de 25.452.209 euros. O empréstimo beneficiou de carência de amortização de capital, por um período de dois anos, tendo ocorrido em abril de 2008 a primeira amortização. O reembolso do capital seria efetuado

em 26 prestações semestrais de igual valor, proporcionais ao montante utilizado e a taxa de juro será indexada à Euribor a 6 meses, acrescida da margem de 0,75%.

Conforme estabelecido no contrato de empréstimo bancário, foi constituída uma hipoteca, a favor da Caixa Geral de Depósitos, do prédio urbano onde se encontra implantado o Centro de Congressos de Lisboa.

A partir do exercício de 2011, no âmbito da negociação do contrato de crédito que se encontrava em curso com a CGD, com o objetivo de obter uma alteração ao plano de amortizações, contemplando ainda um período de carência, a margem foi agravada de 0,75% para 1,75%.

Em 27 de dezembro de 2016 foi assinado com a CGD e com a Caixa BI, um segundo aditamento ao contrato de abertura de crédito pelo qual se estabeleceu, entre outros, que a primeira prestação de reembolso subsequente ao período de carência, vencer-se-ia em trinta de abril de 2018, e que a taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juro, seria de 1,75 % ao ano, acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à taxa Euribor a doze meses.

Em 26 de agosto de 2019 foi assinada a 3ª alteração ao contrato de abertura de crédito, que fixou a taxa em 2,25% ao ano acrescida da Euribor a um mês, se positiva, e previa um plano de amortização com prestações mensais de valor crescente ao longo do período de 2019 a 2033.

Em março de 2020, a APJ aderiu à moratória consignada no âmbito das medidas excecionais de proteção de créditos, nos termos e condições estabelecidos nos vários Decretos-Lei emanados. No que respeita aos pagamentos de capital, a moratória vigorou até 30/09/2021.

Em abril de 2021 retomou-se o pagamento dos respetivos juros que estava suspenso desde março de 2020.

Em outubro de 2021 foi assinada a 4ª alteração ao contrato de abertura de crédito celebrado em 29 de dezembro de 2005 no qual se introduziu um período de carência de capital entre 1 de outubro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, sendo que o valor em dívida passou a incluir a capitalização de juros de 455.377 euros. O plano de amortizações com prestações mensais crescentes iniciou-se em janeiro de 2022 e termina em abril de 2035.

Em 17 de março de 2022 foi assinada a 5ª alteração ao referido contrato de abertura de crédito, através da qual se formalizou o novo plano de reembolso de capital que já estava a ser aplicado desde janeiro de 2022.

18. Outras dívidas a pagar e outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as rubricas “Outras dívidas a pagar” (no passivo não corrente) e “Outros passivos correntes” (no passivo corrente) tinham a seguinte composição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	0	12 230	0	12 230
Obras parque de estacionamento	0	120 000	0	120 000
Juros a liquidar – Empréstimo	0	5 780	0	3 637
Ajustamentos - Subsídio Investimento	481 988	12 359	494 347	12 359
Outros	0	89 435	0	128 260
	481 988	239 804	494 347	276 485

A rubrica “Remunerações a liquidar”, engloba os valores relativos ao direito às férias e ao subsídio de férias, adquirido em 2023, e a pagar em 2024, acrescido dos respetivos encargos sociais.

O valor apresentado em “Ajustamentos – Subsídio investimento” no montante de 494.347 euros (481.988 euros no passivo não corrente e 12.359 euros no passivo corrente) reflete o total de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicável ao montante global de subsídio registado na conta 593 – subsídios (ver nota 16). Anualmente o valor é ajustado na proporção da imputação de subsídios para investimento do período.

A rubrica “Outros”, em 31 de dezembro de 2023, inclui, essencialmente, 84.579 euros de acréscimo de gastos correspondentes ao valor estimado das despesas de funcionamento do Parque de Estacionamento a debitar pela AFER à APJ.

19. Diferimentos

No *passivo não corrente*, o montante dos diferimentos, diz respeito ao arrendamento de 601 lugares do parque de estacionamento do CCL, à AFER, S.A. (antes: Promoparques, S.A.), empresa do grupo empresarial que assegurou a construção do parque, por um período de 25 anos (de 2002 a 2027). Os rendimentos associados a este arrendamento (que foram faturados antecipadamente em 2002), são reconhecidos uniformemente ao longo dos 25 anos de duração do contrato, tendo sido já reconhecida a parte correspondente ao período decorrido entre a data de início do arrendamento e 31 de dezembro de 2023. No *passivo corrente*, o montante dos diferimentos reflete o valor relativo ao período de janeiro a dezembro de 2024.

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Arrendamento lugares estacionamento	761 931	284 339	1 041 269	284 339
	<u>761 931</u>	<u>284 339</u>	<u>1 041 269</u>	<u>284 339</u>

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a composição da rubrica de fornecedores era a seguinte:

	31-dez-23	31-dez-22
Fornecedores conta corrente	54 787	41 241
AFER	40 199	31 851
Regueirinha	1 370	1 370
Outros	13 218	8 019
Fornecedores - partes relacionadas	8	100 877
Fundação AIP	8	28 726
Lisboa FCE	0	72 152
Fornecedores de investimentos	52 520	81 576
Komat, S.A.	20 885	0
Luban - Assistência Técnica, Lda	19 496	0
EDP Comercial Comercialização Energia SA	12 140	0
Casais - Engenharia e Construção, S.A.	0	45 291
Alves Ribeiro, S.A.	0	36 285
	<u>107 316</u>	<u>223 694</u>

21. Associados e outras partes relacionadas

A rubrica Associados e outras partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Empréstimos obtidos		
Fundação AIP	425 624	425 624
CML	103 102	103 102
	528 726	528 726

O valor de 425.624 euros reflete uma responsabilidade perante a Fundação AIP, resultante das condições de constituição da APJ. No âmbito da reestruturação da AIP-CCI, ocorrida em 2010, esta responsabilidade foi transferida para a Fundação AIP.

O valor de 103.102 euros reflete uma responsabilidade perante a CML resultante das condições de constituição da APJ.

22. Vendas e serviços prestados

Esta rubrica respeita aos serviços prestados gerados no período em análise, correspondentes aos serviços principais da APJ.

Inclui, maioritariamente, as rendas obtidas pelo contrato de cessão de exploração do Centro de Congressos de Lisboa, faturadas mensalmente à Lisboa-FCE, e os rendimentos associados ao arrendamento de 601 lugares do parque de estacionamento do CCL a uma empresa pertencente ao grupo empresarial que assegurou a sua construção, no âmbito de um contrato de 25 anos, ou seja, de 2002 a 2027 (ver Nota 19).

	31-dez-23	31-dez-22
	Mercado interno	Mercado interno
Cedência de exploração do CCL	2 048 772	1 881 772
Cedência da Praça Sony	46 607	41 000
Arrendamento de lugares de estacionamento	301 294	302 688
	<u>2 396 673</u>	<u>2 225 460</u>

23. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica regista os gastos com bens de consumo imediato e com serviços prestados por terceiros. Os principais fornecimentos e serviços externos são referentes aos gastos inerentes às atividades desenvolvidas pela APJ.

	31-dez-23	31-dez-22
Serviços especializados	198 477	202 062
Trabalhos especializados	176 093	183 312
Conservação e reparação	11 402	5 541
Serviços bancários e comissões	10 982	13 209
Energia e fluídos	12 921	16 970
Deslocações, estadas e transportes	3	965
Serviços diversos	437	624
Comunicação	4	0
Seguros	8	364
Contencioso e notariado	425	260
	<u>211 837</u>	<u>220 622</u>

Os "Trabalhos especializados" incluem, essencialmente, os gastos com os serviços de WiFi no CCL, com os serviços partilhados prestados pela Fundação AIP e pela Lisboa FCE, com a auditoria externa às contas e com a avaliação dos imóveis, entre outros.

24. Gastos com o pessoal

Esta rubrica engloba as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais no âmbito das suas funções.

	31-dez-23	31-dez-22
Remunerações dos órgãos sociais	113 106	103 738
Encargos sobre remunerações	14 272	13 442
	<u>127 378</u>	<u>117 180</u>

25. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos em 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Imputação de subsídios para investimento	58 851	58 851
Quotizações	22 446	22 446
Rendimentos em investimentos não financeiros - Alienações	4 079	0
Outros	1 655	0
	<u>87 031</u>	<u>81 297</u>

A imputação de subsídios para investimento (SIVETUR) está de acordo com o princípio estabelecido nas principais políticas contabilísticas, sob a designação de projetos com financiamento comunitário, na parte respeitante aos subsídios não reembolsáveis, relacionados com propriedades de investimento. Estes subsídios são apresentados no balanço, como componente dos fundos patrimoniais e imputados a rendimentos do exercício, numa base sistemática e racional, durante a vida útil dos respetivos bens.

A conta "Quotizações" engloba as quotizações da Fundação AIP, da CML e da Lisboa FCE (22.446 euros), enquanto a de "Rendimentos em investimentos não financeiros – Alienações" reflete a mais-valia apurada na venda de uma viatura automóvel (4.079 euros).

26. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos em 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Impostos	230	471
Outros gastos e perdas	1 202	1 914
	<u>1 432</u>	<u>2 384</u>

27. Gastos / reversões de depreciações e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciações e de amortização em 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Ativos fixos tangíveis	1 047 728	1 045 158
Ativos intangíveis	1 967	0
	<u>1 049 695</u>	<u>1 045 158</u>

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada para os respetivos bens (Ver Nota 3).

Em relação à parte do edifício ampliada e em virtude do atraso nas obras da Praça Pública do complexo, cruciais para a exploração do Centro de Congressos, a Direção da APJ optou por uma amortização a uma taxa mais reduzida da que seria praticada se o edifício de ampliação, afeto àquele Centro, estivesse a ser sujeito a uma utilização normal, dando assim continuidade à política de amortizações definida em 2006.

Conforme descrito na Nota 5 – Ativos fixos tangíveis “dadas as condições de elevada qualidade da sua construção, atendendo aos seus fins, e a manutenção exigente e permanente de que tem sido objeto, concluiu-se, com base em avaliação de peritos externos que o património imobiliário afeto à realização dos congressos e eventos, em Lisboa, evidencia uma capacidade de vida útil muito superior à inicialmente prevista. Nesse sentido procedeu-se, a partir de 2014 e de acordo

com os elementos facultados pelos referidos peritos externos, à extensão da vida útil daqueles edifícios por mais 12 anos”.

28. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados em 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Juros suportados - empréstimos bancários	905 041	432 574
Outros gastos	50	3 584
	905 091	436 158

Os juros suportados referem-se ao contrato de empréstimo da CGD (ver Nota 17), sendo que o agravamento de 109% destes gastos, de 2022 para 2023, decorre do aumento que se tem vindo a verificar nas taxas de juro, mais concretamente do indexante (a Euribor a 1 mês).

29. Imposto sobre o rendimento

	31-dez-23	31-dez-22
Imposto Corrente	-71 363	-33 520
Imposto Diferido	4 728	-92 380
	-66 635	-125 900

A APJ encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa das entidades sem fins lucrativos, de 21%.

A Associação regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal.

A taxa efetiva de imposto apresenta-se como segue:

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico		Obs.	31-dez-23	31-dez-22
Resultado líquido do exercício			121 636	359 354
Gasto / rendimento de:				
Imposto Corrente / Imposto sobre o rendimento do período			-71 363	-33 520
Imposto Diferido			4 728	-92 380
Total Imposto Corrente/Diferido		1	-66 635	-125 900
Resultado antes de imposto		2	188 271	485 254
Variações patrimoniais		3		
Diferenças permanentes	A acrescentar:	4	288 048	288 549
	A deduzir:	5		
Diferenças temporárias	A acrescentar:	6	671 220	
	A deduzir	7		
Lucro actividade comercial		8		
Lucro (prejuízo fiscal)		9 = 2+3-4+5-6+7+8	1 147 539	773 803
Dedução de perdas fiscais		10	800 134	619 042
Matéria colectável		11=9-10	347 406	154 761
Colecta		12	70 955	32 500
Dedução Retenções na Fonte e Pagamentos por Conta		13	-21 902	
Ajustamentos à colecta - Trib. Autónoma e Derrama		14	408	1 020
Imposto a pagar/recuperar		15=12+13+14	49 461	33 520
Taxa média efectiva de imposto		16=-1/2	35,4%	25,9%

No final do exercício 2023, os prejuízos fiscais remanescentes dos exercícios de 2020 e 2021, no valor total de 800.134 euros, foram utilizados na sua totalidade.

	31-dez-23			31-dez-22		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Ano limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Ano limite de utilização
Resultados de 2020	0	0	-	333 773	70 092	2032
Resultados de 2021	0	0	-	466 361	97 936	2033
Valores a regularizar					5 818	
	0	0		800 134	173 846	

As declarações de autoliquidação ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

30. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022 os saldos e transações entre partes relacionadas são os seguintes:

31 de dezembro de 2023				
	Transações		Saldos	
	Serviços Obtidos	Serviços Prestados	Contas a Receber	Contas a Pagar
Casa - Mãe				
- Fundação AIP	60 160	7 482	0	8
Outras Partes Relacionadas				
- Lisboa FCE	147 448	2 099 458	65 705	0
- Câmara Municipal de Lisboa		7 482	36 175	
	<u>207 608</u>	<u>2 114 422</u>	<u>101 880</u>	<u>8</u>

31 de dezembro de 2022				
	Transações		Saldos	
	Serviços Obtidos	Serviços Prestados	Contas a Receber	Contas a Pagar
Casa - Mãe				
- Fundação AIP	46 709	7 482	0	28 992
Outras Partes Relacionadas				
- Lisboa FCE	118 351	1 928 855	0	117 351
- Câmara Municipal de Lisboa	0	7 482	36 175	
	<u>165 060</u>	<u>1 943 819</u>	<u>36 175</u>	<u>146 342</u>

31. Acontecimentos após a data do balanço

Não houve acontecimentos subsequentes à data do balanço nem foram obtidas novas informações sobre condições que existissem a essa data que justifiquem quaisquer ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

32. Perspetivas futuras

O desenvolvimento das atividades do Centro de Congressos de Lisboa surge, cada vez mais, determinado pela sua capacidade de projeção internacional e pela correlativa sincronia com a cidade de Lisboa e com os seus principais agentes institucionais e empresariais, com particular

ênfase para a Câmara Municipal de Lisboa, à semelhança do que acontece com os centros de congressos europeus de referência.

Este eixo de maior afirmação do Centro de Congressos de Lisboa interseta-se com a necessidade de reforçar a capacidade de realização de congressos na zona ocidental da cidade, (Junqueira/Belém). Complementarmente aumentar-se-á esta atividade, com eventos de maior dimensão, sobretudo do Centro de Congressos e Exposições de Lisboa sito na zona oriental da cidade (Parque das Nações).

Em termos estratégicos foi entendido:

- a) Efetuar importantes investimentos na adaptação e modernização do Edifício CCL, por forma a responder da melhor forma às necessidades e expectativas dos clientes, tornando as áreas disponíveis mais funcionais, mais polivalentes e mais atrativas;
- b) Estudar as várias hipóteses de aprofundamento do nosso relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa, com vista a permitir um esforço conjunto de dinamização do turismo de negócios na cidade de Lisboa e da modernização e reforço da competitividade das empresas portuguesas (e das sedeadas na área metropolitana de Lisboa, em particular), nomeadamente através da dinamização da atividade relacionada com congressos, feiras temáticas e eventos similares. De igual modo, tentar aproveitar sinergias decorrentes da localização privilegiada das nossas instalações, junto ao rio, no âmbito do programa para a revitalização e reordenamento turístico da Junqueira e do programa de melhoramento da zona ribeirinha da faixa Cais do Sodré / Belém e Santa Apolónia /Parque das Nações.

Os investimentos urgentes, imprescindíveis e inadiáveis a realizar em 2024 e anos seguintes deverão ser concretizados recorrendo, para o efeito, sempre que possível, a apoios externos disponibilizados por linhas específicas de apoio e/ou a receitas extraordinárias, resultantes de acordos específicos a estabelecer no quadro dos Associados.

É imprescindível a apresentação e aprovação de candidaturas a fundos comunitários para financiar os investimentos em grandes obras de reparação, melhoramento e adaptação do Edifício CCL, ou outros com ligação direta ou indireta à APJ com uma percentagem significativa de apoios a fundo perdido, face ao investimento a efetuar. Esta percentagem poderá, eventualmente, ser superior, se conseguirmos enquadrar estas obras no âmbito de

projetos estruturantes, com o apoio do Turismo de Portugal, da Câmara Municipal de Lisboa ou de outra entidade pública.

O Contabilista Certificado



A Direção



Nu. Orçamento
Capítulo 100

IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Handwritten signature and initials in blue and red ink.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2023 a atividade da APJ - Associação Parque Junqueira, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direção os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras e o Relatório da Direção, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Parecer

Assim, propomos:


1º Que sejam aprovados o Relatório da Direção, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo às demonstrações financeiras, apresentados pela Direção, relativos ao exercício de 2023.

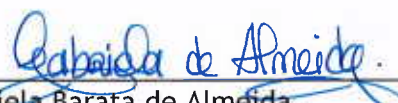
2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONSELHO FISCAL


Rita Neves Soares Cruz - Presidente


João Francisco Viana do Sacramento Monteiro - Vice-Presidente


Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC

V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APJ - Associação Parque Junqueira (adiante também designada por Associação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 101 109 845 euros e um total dos fundos patrimoniais de 78 847 624 euros, incluindo um resultado líquido de 121 636 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APJ - Associação Parque Junqueira em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Associação de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- (ii) elaboração do relatório da direção nos termos estatutários aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas



atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

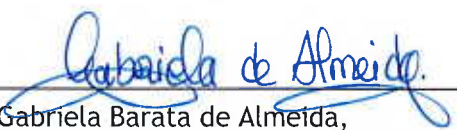
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Associação, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC